

CONTEXTURA DE CRISES E DIALOGAÇÃO: *o legado da radicalidade crítica de Paulo Freire para o debate em educação superior popular*

REINALDO VICENTE DA COSTA JÚNIOR⁸²

RESUMO

O presente texto trata, de forma concisa e teoricamente reflexiva, da caminhada intelectual de Paulo Freire e de sua práxis crítica em relação ao nível superior de ensino brasileiro. Tem-se como referência o envolvimento de Freire com práticas pedagógicas capazes de problematizar a Leitura do Mundo com base no diálogo e na redefinição da posição de seus atores nesse processo. Ampara-se em leituras e discussões de alguns textos seminais, como *Educação e atualidade brasileira* (1959) e "O professor universitário como educador" (1962), para compreender o importante, pertinente e substancial legado crítico sobre a educação superior em momentos que indicavam crises em *contexturas* de conflito, antinomia e contradição entre grupos e frações de classes sociais. Pretende trazer ao debate contemporâneo, de contexto capitalista globalizante e regulações transnacionais domesticantes, elementos analíticos importantes a fim de discutir o papel do espaço universitário para o fortalecimento da participação social, para o empoderamento popular nas tomadas de decisão política bem como para uma reengenharia social e democrática em tempos de crise. Tem como ponto de partida algumas ações pedagógicas na política da educação superior brasileira que se propõem a re-fazer e re-inventar o papel da universidade na busca dessa participação e contribuição popular para a construção de conhecimento acadêmico.

PALAVRAS-CHAVE

Paulo Freire, educação superior, contextura, dialogação.

82. Bacharel e licenciado em História pela Universidade de Brasília (UnB), mestre em Educação pela Universidade Nove de Julho (UNINOVE), doutorando em Educação pela Universidade Nove de Julho (UNINOVE). Trabalhou como educador em escolas públicas do ensino fundamental, médio, EJA e unidades de internação socioeducativa no Distrito Federal e São Paulo. Contato: dacostajr@gmail.com.

ABSTRACT

This article presents, in a short and theoretically reflexive manner, the Paulo Freire's intellectual journey and his critical praxis about the Brazilian higher education. It takes as reference the Freire's involvement with pedagogical practices that are able to read the world from the dialogue and the re-definition of actors on this process. It bases on readings and discussions of his seminal writings, such as *Educação e atualidade brasileira* (1959) and "O professor universitário como educador" (1962), to understand the important, pertinent and substantial critical legacy on higher education in times indicating crisis in *contexturas* of conflicts, antinomy and contradiction between groups and fractions of social classes. It intends to bring to the contemporary debate, in a context of globalized capitalism and domesticated transnational regulations, a set of analytical elements to discuss the role of university for the strengthening of social participation, for the popular empowerment in political decisions-makings as well as for social and democratic reengineering in times of crisis. It has as a starting point some pedagogical actions in the Brazilian higher education policy, which propose re-inventions and re-makings on the role of university in search of popular participation and popular contribution to the construction of academic knowledge.

KEYWORDS

Paulo Freire, higher education, *contextura*, *dialogação*.

Pensar a contribuição freiriana à educação superior numa dimensão virtual de produção de conhecimento neste início do século XXI perpassa uma longa discussão que o filósofo pernambucano desenvolveu por toda a sua produção intelectual ainda no século anterior: dar organicidade à ação cultural para a libertação. Tal projeto político necessita de uma pedagogia crítica dos oprimidos que não esteja superposta às “condições histórico-culturais do contexto da sociedade a que se vai aplicar, sob pena de se tornar uma inautenticidade” (FREIRE, 2002 [1959], p. 29; FREIRE, 1962, p. 47), ou seja, uma pedagogia sem o devido valor político de transformação e de experiência democrática radical.

Essa tensão dialética entre organicidade e superposição é discutida desde sua tese, escrita em 1959 como parte de um concurso para a cadeira de professor na Faculdade de Belas Artes em Recife, intitulada *Educação e atualidade brasileira*. A crítica de Freire enfoca uma “antinomia fundamental” que caracterizava a *contextura*⁸³ política, econômica e cultural na metade do século XX, em que a “inexperiência democrática” de alguns séculos de colonização tensionava-se com a “emergente participação do povo” em ambientes urbanos e industrializados. Ante esse momento histórico de transformações marcantes na sociedade brasileira, a educação no país, em seus diferentes níveis de organização, não apresentava nenhum projeto pedagógico comprometido com a experiência democrática na sua gestão e construção de conhecimento. Ainda, encontrava na sua agenda político-pedagógica práticas “superpostas” à realidade histórica a ser desafiada, isto é, ações educativas inautênticas e antidemocráticas, inclusive no nível superior de ensino, como o próprio autor expressa ao final de sua tese:

Aqui, com a escola superior, continuamos a surpreender, em regra, a mesma superposição à nossa realidade, que vem caracterizando a nossa escola média, como a primária. Superposição que a faz igualmente acadêmica e bacharelesca. [...] A desvinculação de nossa escola superior com as necessidades de nosso tempo se faz igualmente com o clima de democratização que vivemos. Nada, ou quase nada, nessa escola, que amplie ou informe os impulsos de rebelião, característicos, de um lado, da própria juventude, e, de outro, reflexos do clima geral que envolve

83. O termo “*contextura*”, diante de todas as nossas leituras das obras freirianas, só foi encontrado nessa sua tese de 1959. Contudo, vimos a possibilidade de trazê-lo à tona não apenas pela sua reflexão naquele momento histórico, mas também por entendermos que pode muito bem ser problematizado com base no contexto atual. Pode ser entendido como um de seus neologismos capazes de suscitar a sua capacidade de sintetizar conceitos como o de contexto histórico e conjuntura histórica e ampliá-lo como categoria analítica a fim de dar conta dessa totalidade histórica pela organicidade e não por uma análise parcial, fragmentada, isto é, superposta à realidade. É na introdução à sua tese que Paulo Freire nos apresenta esta questão: “Em realidade, não nos será possível nenhum verdadeiro equacionamento de nossos problemas, com vistas a soluções imediatas ou a longo prazo, sem nos pormos em relação de organicidade com nossa *contextura* histórico-cultural. Relação de organicidade que nos ponha imersos na nossa realidade e de que emergjamos criticamente conscientes. Somente na medida em que nos fizermos íntimos de nossos problemas, sobretudo de nossas causas e de seus efeitos, nem sempre iguais aos de outros espaços e de outros tempos, ao contrário, quase sempre diferentes, poderemos apresentar soluções para eles” (FREIRE, 2002 [1959], p. 9). Portanto, ao retomarmos esse termo, estamos nos referenciando a essa possibilidade de buscar a criticidade nas nossas análises com base no aprofundamento em nossa realidade histórico-cultural, ou seja, nessa *contextura* do princípio do século XXI.

o país. Clima dos mais promissores, porque revelador da presença participante do povo nos acontecimentos de que já não vem querendo ser quieto assistente (FREIRE, 2002 [1959], p. 110-111).

Essa superposição da universidade, diante de acontecimentos que Paulo Freire entendia como circunstanciais para a apropriação de práticas democráticas entre cientistas, técnicos e formadores de profissionais críticos, mostrava que a instituição ainda estava alheia a essa *contextura* e se mantinha preocupada com a produção de conhecimento “bacharelesco e academizado”, ou seja, um conhecimento inautêntico às ações políticas transformadoras e de caráter popular que o momento histórico poderia proporcionar. Não compreendia o potencial rebelde da juventude de modo que se realizasse uma importante transformação na forma como a academia poderia atuar politicamente em torno de seus propósitos científicos e sociais por uma democracia cognitiva direta e participativa, mediante o diálogo entre não pares. É o próprio educador que melhor explica esse ato político-pedagógico de dialogar para transformar:

O que nos parece de incontestável importância é aproveitar esses impulsos de rebelião e transformá-los em “diálogo” ou “parlamentarização” do estudante com a direção da escola. A dialogação acabaria com os dois mundos em que se vêem, às vezes, dividindo muitas dessas escolas – o dos mestres, o dos alunos. Mundos que não devem apenas se indulgenciar, mas se compreender e ajudar nos seus ângulos diferentes (FREIRE, 2002 [1959], p. 111).

Reorganizar a construção de conhecimento e a forma de se administrar a instituição educativa (inclusive no nível superior), mediante uma horizontalização desse processo pelo diálogo, já é vista, desde o início da produção intelectual freiriana, como o eixo estruturante do que viria a se constituir sua obra *Pedagogia do oprimido* (2013 [1974]). A *dialogação* seria a maneira mais oportuna para se aprender a democracia pela sua prática e pela constante reflexão teórica diante dessa ação político-pedagógica, ou seja, pela práxis transformadora do conhecimento de diferentes mundos e suas perspectivas em comunicação dialógica. Portanto, Freire via a necessidade de que todo educador e educando extrapolasse as suas aspirações em busca de um conhecimento mais técnico e instrumentalizado e de modo que se agregasse, a essa relação pedagógica, demandas histórico-culturais que reorganizassem a estrutura política de construir esse conhecimento, ou seja, de permitir o acesso e possibilidade de nele interferir.

Cabia aos envolvidos nesse processo de pesquisa e ensino, ou melhor, ensino pela pesquisa, como “freirianamente” Pedro Demo (1997) o reinventou, inclusive na educação básica, trazer à tona um problema histórico de constituição daquilo que ficou conhecido no ocidente judaico-cristão como universidade. Como produzir conhecimento num ambiente acadêmico de maneira horizontalizada, pública e intercultural?

Uma possibilidade histórica que se abre para essa perspectiva são algumas universidades formuladas, implementadas e caracterizadas por demandas e lutas políticas de movimentos sociais, cujo elemento central é o aspecto popular e contra-hegemônico na agenda educacional de suas mobilizações. São Instituições de Ensino Superior (IES) estatais que reconhecem

[...] a fragilidade das soluções nacionais e tentam construir uma matriz institucional que responda, ao mesmo tempo, à necessidade de configuração de institucionalidades supranacionais [...] fazem esse movimento, nos dois sentidos: superação da lógica do mercado e contraposição de uma matriz institucional de ensino superior alternativa ao modelo transnacional neoliberal (LOSS; ROMÃO, 2013, p. 92).

Tais projetos universitários se configuraram num universo de pesquisa do Observatório da Educação da CAPES (OBEDUC/CAPES), intitulado Universidade Popular no Brasil, sob coordenação e execução do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Nove de Julho (PPGE/UNINOVE) e com uma estreita vinculação ao referencial teórico de Paulo Freire e outros intelectuais determinantes para a tradição da Educação Popular na América Latina. Teve como ponto de partida algumas ações pedagógicas na política de educação superior brasileira que se propuseram a refazer e reinventar o papel da universidade na busca dessa participação e contribuição popular para a construção do conhecimento acadêmico. Universidades federais constituídas sob o Governo Lula, com o propósito de expansão pela interiorização e internacionalização dos espaços universitários e como resposta a alguns problemas históricos educacionais brasileiros: baixa taxa de acesso da juventude; assimetrias da distribuição das IES no espaço geográfico brasileiro de dimensão continental; concentração majoritária de matrículas em IES privadas; relação com a política externa de integração brasileira nos blocos regionais em que participa.

É nessa *contextura* de crises estruturais do regime de acumulação capitalista global, e de busca por novos modos de regulação dessas crises (BOYER, 2009), que movimentos sociais têm encontrado lugar fecundo para lutar por projetos mais preocupados com equidade e justiça social. A *dialogação* que se desenvolve ora com governos, ora com outros movimentos na sociedade civil organizada são ações pedagógicas bastante significativas e representativas do que os espaços acadêmicos precisam incorporar, caso queiram realmente superar um legado conservador de elitismo e espírito corporativo que compôs sua milenar trajetória histórica.

REFERÊNCIAS

BOYER, Robert. *Teoria da regulação: os fundamentos*. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

DEMO, Pedro. *Educar pela pesquisa*. Campinas: Editores associados, 1997.

FREIRE, Paulo. "O professor universitário como educador". *Estudos Universitários: Revista de Cultura da Universidade de Recife*, vol. I, jul./set., 1962, p. 45-47. Disponível em: <www.redalyc.org/pdf/869/86901009.pdf> (acesso em 30 jul. 2014).

_____. *Educação e atualidade brasileira*. São Paulo: Cortez/Instituto Paulo Freire, 2002 [1959].

_____. *Pedagogia do oprimido*. São Paulo: Paz e Terra, 2013 [1974].

LOSS, Adriana Salete; ROMÃO, José Eustáquio. "A Universidade Popular no Brasil". In: SANTOS, Eduardo; MAFRA, Jason Ferreira; ROMÃO, José Eustáquio (orgs.). *Universidade Popular: teorias, práticas e perspectivas*. Brasília: Liber Livro, 2013, p. 81-123.